

# Municípios sergipanos têm conceito 'D' em gestão fiscal

## Índice Firjan tem dados de 2011 e coloca os municípios em situação crítica

Greycy Andrade  
 DA EQUIPE JC

Arquivo JC

A maioria dos municípios sergipanos foi avaliada em situação difícil ou crítica no que diz respeito à eficiência na gestão orçamentária das prefeituras. Dos 74 municípios analisados, 70,3% ficaram com conceito 'D'. Aquidabã foi o que apresentou o pior índice entre os municípios sergipanos, 0.0966. Rosário do Catete é o município com maior nota, 0.7405, seguido de Carmópolis, 0.7343 e Aracaju, 0.6563. Os dados são do IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal), criado pelo Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) para avaliar a qualidade de gestão fiscal dos municípios brasileiros. Para o economista Luís Moura, os dados atuais dos municípios sergipanos são ainda piores.



ECONOMISTA Luis Moura diz que os dados atuais são piores

Com periodicidade anual, o IFGF traz dados de 2011 e comparativos com os anos de 2006 a 2010. O estudo é elaborado exclusivamente com estatísticas oficiais, a partir de dados declarados pelos próprios municípios à Secretaria do Tesouro Nacional, responsável por consolidar informações sobre as contas públicas municipais. O índice varia entre 0 e 1, quanto maior a pontuação, melhor é a gestão fiscal do município. Cada município é classificado com conceitos A (Gestão de Excelência, acima de 0,8001 ponto), B (Boa Gestão, entre 0,6001 e 0,8), C

(Gestão em Dificuldade, entre 0,4001 e 0,6) ou D (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 ponto).

O indicador considera cinco quesitos: IFGF Receita Própria, referente à capacidade de arrecadação de cada município; IFGF Gasto com Pessoal, que representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, medindo o grau de rigidez do orçamento; IFGF Liquidez, responsável por verificar a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte; IFGF Investimentos, que acompanha o total de investimentos em relação à receita líquida, e, por último, o IFGF Custo da Dívida, que avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de

empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

Luis Moura explica que como a pesquisa é baseada com dados de 2011, hoje a situação está ainda mais grave. Segundo o economista, 64 municípios estão no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, cinco estão no limite prudencial, e cinco estão entre o limite prudencial e o máximo, e o restante está abaixo desse limite. Segundo Moura, o principal município é Aracaju, que tem tido um desempenho sempre abaixo, isso acontece por falta de planejamento, ou seja, houve menor comprometimento dos municípios com os gastos com pessoal, que cresceram menos que as receitas.

“Não executaram bem a folha orçamentária, houve muitos gastos com cargos comissionados, com contratações

desnecessárias, com acordos políticos, e enquanto isso o servidor ficou desvalorizado, e os serviços de saúde, educação e segurança. Em 2010 e 2011 nós tivemos um baixo crescimento, o fundo de participação dos municípios cresceu muito próximo da inflação, então a falta de planejamento mais a frustração de receita gerou esse desequilíbrio orçamentário. A consequência maior disso tudo é que agora os municípios tem que acessar as verbas federais, e outra consequência é que os serviços públicos ficam comprometidos”, pontuou.

De acordo com o economista, o município sergipano que mais exemplifica isso é São Cristóvão, que tomou medidas de ajuste sem critérios. “Aparentemente foram medidas feitas no improviso, sem analisar. Em alguns casos houve corte no salário dos servidores e o mais grave, o impacto nos serviços oferecidos a população. Então, no modo geral, o que falta é mais planejamento e menos improviso, e mais serviços públicos que atendam a população e menos empregos desnecessários. Para evitar isso, temos aliados importantes como a Câmara de Vereadores, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a população. Não podemos ficar omissos, o principal controle tem que ser feito pela população que deve participar ativamente dos assuntos políticos do seu município”, enfatizou.